HISTÓRIA E CULTURA – 6 ANO

SEMANA 01

DA ÁFRICA PARA OUTROS CONTINENTES

A maioria dos estudiosos concorda que o local de origem do ser humano é a África. Eles se baseiam em descobertas como as dos cientistas estadunidenses Donald Johanson e Tom Gray. Em 1974, estes estudiosos descobriram um dos mais antigos esqueletos já conhecidos. O fóssil de um indivíduo do sexo feminino, que tinha cerca de 3,2 milhões de anos. Para comemorar a descoberta, houve festa no acampamento da expedição. Uma das músicas mais tocadas naquela noite foi Lucy in the Sky with Diamonds, do grupo musical The Beatles. Por isso, os cientistas decidiram batizar o esqueleto de **Lucy**.

A partir da África, os primeiros humanos espalharam- se pela Europa, Ásia e finalmente chegaram à América, num processo de milhares de anos de duração. Mas saber como ocorreu o povoamento da América continua sendo um dos maiores desafios da Arqueologia.

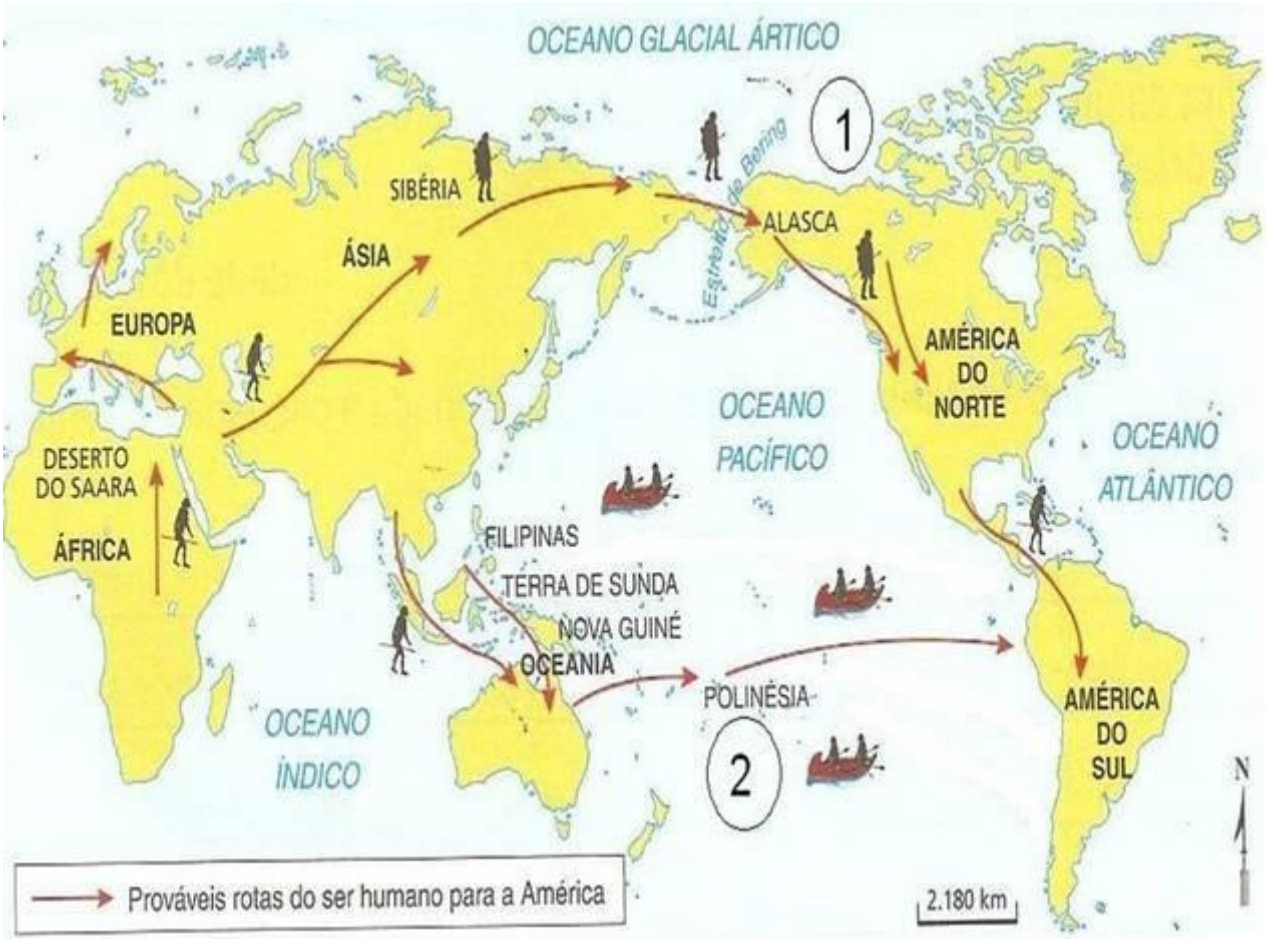
Como chegaram?

Há duas hipóteses principais para explicar o caminho percorrido pelos povoadores da América:

Hipótese 1: chegaram à América por terra, depois de atravessar o Estreito de Bering, situado entre a Sibéria (Rússia) e o Alasca (Estados Unidos). Essa travessia teria ocorrido em uma das vezes em que o nível do mar baixou muito, levando à formação de um caminho de terra e gelo que ligava a América à Ásia, pelo Norte.



Hipótese 2: chegaram à América por mar, vindos da Oceania. E, depois de atravessar o Oceano Pacífico navegando de ilha em ilha em pequenas embarcações, desembarcaram nas costas do continente americano.



Descobertas sobre a presença humana na América

Em 1999, o arqueólogo brasileiro **Walter Neves** revelou ao mundo o fóssil mais antigo de toda a América; tratava-se do crânio de uma mulher que viveu há cerca de **11 500 anos**!

Os arqueólogos a batizaram de **Luzia** (em homenagem a Lucy). Conforme nos conta Walter Neves, Luzia foi descoberta em 1975 por uma missão franco-brasileira coordenada pela arqueóloga Annette Laming Emperaire, que morreu precocemente sem divulgar o achado.

Walter Neves retomou a pesquisa de Annete e sua equipe e divulgou o extraordinário achado em 1999. Cientistas ingleses reconstituíram a fisionomia de Luzia e, surpresos, descobriram que suas feições se assemelhavam às dos nativos da África e da Austrália: olhos arredondados, nariz largo e lábios volumosos. Recentemente, com base em materiais inéditos de Lagoa Santa (MG), Walter Neves descobriu também que as características cranianas do povo de Luzia eram semelhantes às dos africanos e australianos. Para ele, então, o povo de Luzia entrou na América antes dos grupos com feições asiáticas.

SEMANA 02

A LITERATURA NEGRA E A REPRESENTATIVIDADE DO NEGRO

Foi principalmente a partir da década de 1960, com o fortalecimento dos movimentos sociais organizados por negros e negras, que começou a verdadeira representatividade do negro na literatura. Em busca de romper com a centenária coletânea de preconceitos e estereótipos veiculados pela literatura canônica brasileira, que frequentemente diminui ou apaga personagens negros, autores e autoras negros e negras passaram a publicar suas próprias obras como instrumento de subjetivação e determinação cultural.

Figuras como Luiz Gama, advogado e poeta romântico abolicionista do século XIX, ou Maria Firmina dos Reis, primeira autora mulher a escrever um romance abolicionista no Brasil, são frequentemente relegados ao esquecimento pelo cânone literário brasileiro, mas retomados como precursores do movimento pela literatura negra.

Conceição Evaristo, por exemplo, tem a maioria de suas obras protagonizadas por mulheres negras, e é a partir do substrato de suas vivências e de sua interioridade que se constroem os versos e tramas de sua obra. Solano Trindade reivindica a negritude e o fenótipo negro com orgulho e presença. Ana Maria Gonçalves retoma o tema da negra escravizada como sujeito consciente e revolucionário, relembrando levantes e resistências reais da história brasileira. Jarid Arraes, principalmente fazendo uso do cordel, também dá destaque às guerreiras quilombolas.

São inúmeros autores e autoras engajados em retomar o ponto de vista do negro, desconsiderado continuamente pela literatura brasileira. Isso envolve um resgate da ancestralidade e da identidade negras, bem como a denúncia das opressões. Contudo, essa produção literária ainda encontra desafios em ser incorporada com a devida importância que merece na literatura brasileira e é continuamente relegada à marginalidade.

Assim, há uma dificuldade cabal em desfazer esses estereótipos e em veicular uma literatura comprometida com a representação da população brasileira como um todo. A relação entre literatura e realidade é evidente quando pesquisas como as da UnB revelam que o perfil do escritor brasileiro permanece o mesmo desde 1965, mantendo o privilégio de publicações das grandes casas editoriais a homens brancos.

SEMANA 03

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DA HISTÓRIA E CULTURA DOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS

No Brasil, o século XIX foi marcado por profundas alterações sociais, políticas e econômicas. A questão racial apresentou-se como um dos elementos determinantes para as configurações da sociedade e do Estado brasileiro.

O Estado brasileiro se caracterizou, por muito tempo, pelo colonialismo/escravismo. Suas regras foram ditadas por Portugal e tudo o que se produzia era para o sustento da metrópole. Dessa maneira, os indígenas, inicialmente, e os negros, posteriormente, foram escravizados e coisificados, sendo excluídos do acesso à riqueza produzida no país.

Uma das consequências dessa constituição histórica é que o Brasil tornou-se um dos países com a pior distribuição de renda e com a maior desigualdade racial do planeta e, o mais grave, com a perpetuação dessa condição até o século XXI.

O porquê de estudarmos a História e Cultura indígena também Afro-brasileira Nas duas últimas décadas o Governo Federal implementou uma série de políticas de ação afirmativa com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania no território brasileiro. Atualmente, a valorização das leis afirmativas é fundamental para que a escola reconheça a importância do combate às desigualdades de forma a garantir a formação de cidadãos mais conscientes de sua identidade e da

necessidade de valorizar suas raízes étnicas e culturais. Assim, o Ministério da Educação (MEC), visando contemplar esses objetivos através do sistema educacional brasileiro, comprometeu-se a adotar políticas de afirmação e valorização da riqueza étnico-racial e cultural brasileira, criando programas de combate à discriminação racial e de reconhecimento da diversidade étnica.

A legislação

O ensino de **História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena** como conteúdo obrigatório na educação foi estabelecido por duas leis, uma de 2003 **(Lei 10.639/03**) e outra de 2008 (**Lei 11.645/08**). A Lei 10.639/03 determina a inserção do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino. Em 2008, a Lei 11.645/08 determina que o mesmo seja feito com a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil. Tornam-se conteúdos obrigatórios para todas as disciplinas. Na educação, a implementação dessas duas leis significou a busca pelo reconhecimento das contribuições e da relevância dos africanos, afro-brasileiros e indígenas na constituição do povo brasileiro.

As culturas indígenas e afro-brasileira fazem parte de nossa raiz histórica e não podem ficar afastadas do sistema educacional. Resgatá-las significa valorizar e enriquecer o patrimônio cultural brasileiro, levando à sala de aula um debate sobre toda a construção coletiva historicamente criada pela humanidade, de uma forma contextualizada e centrada na criticidade.

O ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas ajuda alunas e alunos a compreender a formação de nossa sociedade como uma construção plural, na qual todas as matrizes culturais e étnico-raciais foram e são igualmente importantes. Tais leis são fruto da luta dos movimentos negros e indígenas no Brasil. Seu objetivo, além de resgatar a contribuição fundamental desses povos para a história do país, é promover a afirmação e valorização da diversidade étnico-racial e cultural brasileira, incentivando assim o combate à discriminação racial e promovendo a inclusão social e a cidadania de pessoas negras e indígenas.

Para o professor de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, Valter Silvério, a história da Europa pode ser desmistificada com a inclusão da história afro-brasileira, africana e indígena nos currículos. "Não para criar um tipo de revanchismo, mas a história deve ser recontada com a presença de outros atores que a compuseram. O Brasil tem todos estes atores, então, é preciso que o estudo seja melhor distribuído. A Europa já é bem estudada", afirma.